

PROJETO VALE SUSTENTÁVEL: RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS VISANDO A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DA CAATINGA NA REGIÃO DO VALE DO AÇU – RN.

Elisângelo Fernandes da Silva (E-mail: elisangelo.silva@bol.com.br); Francisco Auricélio de Oliveira Costa (E-mail: auricelio.costa@hotmail.com)

Bioma Caatinga, Municípios de Assú e Carnaubais no Estado do Rio Grande do Norte
Associação Norte-Rio-Grandense de Engenheiros Agrônomos (ANEA)
(Site: www.anea-rn.org.br)

I. Contexto

O Projeto Vale Sustentável patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental está sendo executado em 12 (doze) Assentamentos da Reforma Agrária localizados nos municípios de Assú e Carnaubais, ambos inseridos na microrregião do Vale do Açu¹, como também nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD's) do Estado do Rio Grande do Norte que atualmente apresenta 97,6% de seu território susceptível a esse processo (RIO GRANDE DO NORTE, 2010).

A realidade ambiental da referida microrregião é considerada pelos órgãos de meio ambiente como sendo grave, devido ao uso desordenado dos recursos naturais que aliada as condições climáticas de semiaridez tem provocado sérios impactos do ponto de vista ambiental, social e econômico.

Visando mitigar o processo de desertificação que vem afetando diretamente o meio ambiente e a qualidade de vida da população residente nesse espaço geográfico, a Associação Norte-Rio-Grandense de Engenheiros Agrônomos (ANEA), proponente do referido projeto, firmou parcerias importantes com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), com os Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Assú e Carnaubais e com as Associações Comunitárias dos Assentamentos de Canto Comprido, Canto das Pedras, Cavaco, Irmã Dorothy, Ligação, Margarida Alves, Morada do Sol, Novo Pingos, Planalto, Professor Maurício de Oliveira, Rosa Luxemburgo e Vassouras.

Nessa perspectiva, o referido projeto, cujo período de execução é de 24 meses tem como área de abrangência doze assentamentos de reforma agrária situados nos municípios de Assú e Carnaubais, onde os principais beneficiários são assentados de

¹ A Microrregião do Vale do Açu é formada pelos municípios de Alto do Rodrigues, Assú, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael.

reforma agrária que desenvolvem a agricultura familiar. Desse modo, um dos principais objetivos do projeto é a recuperação de 130 hectares de áreas degradadas, através do enriquecimento da cobertura florestal com o plantio de espécies nativas.

Dessa forma, grande parte das Áreas de Preservação Permanentes (APP) e de Reserva Legal situadas nesses assentamentos estão sendo recuperadas com o plantio de espécies nativas do Bioma Caatinga, sobretudo aquelas que estão em processo de extinção como é o caso da Aroeira do Sertão (*Myracrodruon urundeuva*), o que possibilitará a recuperação da mata nativa.

II. Metodologia

Para a realização das ações de recuperação ambiental o Projeto Vale Sustentável firmou uma parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) Campus de Ipanguaçu que ficou responsável pela produção de boa parte das mudas a serem utilizadas nas ações de reflorestamento.

Grande parte das sementes utilizadas no viveiro do IFRN foram adquiridas de agricultores familiares que passaram a se dedicar a coleta de sementes nativas do Bioma Caatinga. Além disso, para que a meta de recuperação ambiental venha a ser totalmente cumprida o Projeto Vale Sustentável patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental vem adquirindo parte das mudas utilizadas no reflorestamento de viveiros privados.

No que se refere ao reflorestamento e ao enriquecimento da cobertura florestal nas Áreas Reserva Legal e de Preservação Permanentes situadas nos 12 (doze) assentamentos atendidos, o referido projeto prevê a recuperação de 130 hectares de áreas degradadas que ao longo de décadas sofreram intensamente com os desmatamentos indiscriminados, tornando esses espaços cada vez mais vulneráveis aos processos de degradação do solo como erosão, compactação do solo, assoreamento dos corpos de água, perda da capacidade produtiva do solo e desaparecimento da fauna local (SILVA, 2008)

A recuperação desses 130 hectares de áreas degradadas possibilitará a retirada de cerca de 227,5 toneladas de CO₂ da atmosfera por ano. Dessa forma, a fixação de carbono na vegetação da caatinga revegetada geraria um total de 227,5 créditos de carbono que comercializados a UU\$ 15,00/ton de CO₂, contabilizando um montante de R\$ 7.678,13 por ano, além de proporcionar um olhar diferenciado sobre as Áreas de

Reserva Legal e de Preservação Permanentes que podem vir a ser utilizadas para a prática do ecoturismo e, sobretudo, pela conservação de remanescentes florestais existentes nas áreas de reserva.

As Áreas de Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanentes a serem recuperadas, passarão por um processo de enriquecimento onde serão introduzidas, em média, um total de 500 (quinhentas) mudas de espécies nativas por hectare, atingindo ao longo deste projeto, um total de 65.000 (sessenta e cinco mil) mudas. A densidade de plantio será variável de acordo com as condições específicas de cada área, com espaçamento de 3 por 3 metros nas áreas de matas ciliares de córregos e riachos, e com espaçamento de 5 por 4 metros nas áreas de tabuleiros.

No que se refere a preparação das áreas para o plantio com os serviços de limpeza, marcação, abertura de covas, adubação orgânica, tutoramento e plantio das mudas, estes estão sendo executados por trabalhadores dos assentamentos rurais propiciando aos mesmos a oportunidade de trabalho e renda. Essa ação envolvendo a população local se constitui como uma importante estratégia para minimizar os impactos sociais decorrentes das secas que atingem o Estado do Rio Grande do Norte, como também possibilitará o envolvimento dessa população no monitoramento das áreas que estão sendo recuperadas.

III. Resultados

Com as ações de recuperação ambiental, o Projeto Vale Sustentável está formando uma rede de coletores de sementes do Bioma Caatinga que fornecerá sementes nativas para o plantio nos viveiros locais. Além disso, o projeto vem despertando o interesse de jovens pela temática ambiental, os quais vem atuando no processo de quebra de dormência das sementes utilizadas para o plantio das mudas nativas do projeto (Ver figura 01).

No que se refere a produção de mudas, já foram produzidas até o presente momento um total de 76.080 (setenta e seis mil e oitenta) mudas, ou seja, 11.080 (onze mil, e oitenta) a mais do que o previsto durante a elaboração do projeto. Desse modo, é notório afirmar que desse total, 53%, ou seja, 40.139 (quarenta mil, cento e trinta e nove) mudas foram produzidas pelo Projeto Vale Sustentável no viveiro do IFRN, Campus de Ipangaçu (ver figura 02), enquanto que as demais foram adquiridas de viveiros privados.



Figura 01: Bolsistas do Projeto Vale Sustentável realizando o trabalho de quebra de dormência das sementes nativas do Bioma Caatinga no viveiro do IFRN de Ipanguaçu/RN.

Fonte: Francisco Auricélio de Oliveira Costa, Novembro de 2014



Figura 02: Produção de mudas nativas do Projeto Vale Sustentável no viveiro do IFRN de Ipanguaçu/RN.

Fonte: Elisângelo Fernandes da Silva, Outubro de 2014

Com o objetivo de recuperar as áreas degradadas com espécies nativas da região, o Projeto Vale Sustentável, buscou orientação técnica junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para auxiliar na indicação das espécies nativas que deveriam ser cultivadas para o plantio nas Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanentes. Assim de acordo com as orientações repassadas o projeto passou a cultivar e até mesmo adquirir de viveiros privados 40 espécies de plantas nativas do Bioma Caatinga dentre elas a Aroeira do Sertão (*Myracrodruon urundeuva*) que encontra-se ameaçada de extinção.

Além disso, há outras espécies de plantas que praticamente já não se encontram mais na região do Vale do Açu, como é o caso da Baraúna do Sertão (*Schinopsis brasiliensis*), cujas sementes foram adquiridas pelo Projeto Vale Sustentável de agricultores familiares residentes no Sertão paraibano, visto a dificuldade de encontrar essa espécie no Estado do Rio Grande do Norte. Além dessas, ainda podemos citar o Jatobá (*Hymenaea* sp) e a Umburana (*Commiphora leptophloes*) que também correm risco de desaparecimento, devido os desmatamentos indiscriminados para atender as demandas dos setores agropecuário e, sobretudo, o setor ceramista que utiliza a lenha como matriz energética. O desmatamento da umburana coloca em risco de desaparecimento a abelha Jandaíra (*Melipona subnitida duke*), cuja espécie é nativa do Bioma Caatinga. Esse tipo de abelha sem ferrão utiliza o tronco oco da umburana para fazer suas colmeias produzindo um tipo de mel saboroso e bastante raro que é considerado como medicinal.

Diante dessa realidade, o Projeto Vale Sustentável patrocinado pela Petrobras, através do Programa Petrobras Socioambiental vem atuando não só na produção de mudas nativas como também no reflorestamento e enriquecimento da cobertura florestal dos assentamentos de reforma agrária (ver figura 02 e 03).



Figura 03: Bolsistas do Projeto Vale Sustentável preparando as covas para o plantio das mudas nativas.

Fonte: Francisco Auricélio de Oliveira Costa, Novembro de 2014



Figura 04: Bolsistas do Projeto Vale Sustentável plantando muda de Aroeira do Sertão em Área de Reserva Legal

Fonte: Francisco Auricélio de Oliveira Costa, Novembro de 2014

IV. Conclusão

Com a recuperação das Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanentes que são considerados espaços públicos de grande relevância ambiental, busca-se minimizar os impactos ambientais causados pela ação antrópica, de modo a garantir as presentes e futuras gerações a oportunidade de desfrutarem de um ambiente mais justo e equilibrado. Com o objetivo de integrar as ações e fortalecer a relação entre a sociedade civil organizada e o poder público, foram feitas várias parcerias importantes envolvendo entidades governamentais, instituições de ensino e pesquisa e entidades de base familiar o que tem sido fundamental para o andamento do referido projeto. Além disso, é importante frisar que 10% do território potiguar é ocupado por áreas de assentamentos onde vivem milhares de famílias, e cujas áreas de reserva legal necessitam ser recuperadas e preservadas.

V. Referências Bibliográficas

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Recursos Hídricos. **Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado do Rio Grande do Norte – PAE/RN**. Natal, 2010.

SILVA, Elisângelo Fernandes. **Diagnóstico do uso da lenha nas atividades agroindustriais do território do Seridó / RN**. ADESE. GTZ. Caicó, RN, 2008.